

Raimundo Nogueira de Faria nasceu em 15 de outubro de 1884 em Óbidos - Pará. Filho de João Carlos Faria e Emília Nogueira de Faria. Foi casado com Maria do Carmo Faria com quem teve os filhos: Alberto José, Alcino Oscar, Lauro Cássio, Mário Victor, Luís Ercílio, Alzira Emygdia e Rachel Edy.

Exerceu o cargo de 2º Escriurário da Repartição de Terras e Colonização de 1899 a 1900, trabalhando como Repórter no jornal "A Província do Pará" de 1901 a 1902 e como Fiscal Aduaneiro até 1916. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Pará em 23 de dezembro de 1917, iniciando sua vida pública como 2º Prefeito da Polícia de Belém, nomeado por Ato de 30 de março de 1918, assumindo no dia 1º de abril de 1918.

Foi nomeado Juiz Substituto da Comarca da Capital por Decreto de 17 de janeiro de 1921, prestando compromisso em 21 de janeiro de 1921, assumindo o cargo três dias depois. Empossado na Magistratura em 1º de fevereiro de 1926, na Comarca de Alenquer. Assumiu o cargo de Juiz de Direito de Conceição do Araguaia em 6 de setembro de 1929. Por Decreto de 31 de outubro de 1930, da Junta Governativa Provisória do Estado, foi nomeado Juiz de Direito da 5ª Vara da Comarca da Capital (Menores Delinquentes e Abandonados), prestando compromisso em 3 de novembro de 1930. Pela Portaria de 1º de fevereiro de 1932, do Interventor Magalhães Barata, foi transferido para a 4ª Vara Criminal, assumindo em 11 de fevereiro de 1930.

Empossado no Desembargo do Pará dia 22 de fevereiro de 1932. Na 1ª Conferência Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 4 de janeiro de 1947, foi eleito Presidente do Tribunal, juntamente com o Vice - Presidente Desembargador Henrique Jorge Hurley, sendo reeleitos na 1ª Conferência Ordinária do Tribunal Pleno de 5 de janeiro de 1949, permanecendo até 4 de janeiro de 1950, quando foram eleitos os substitutos. Aposentou-se em 15 de outubro de 1953.

Literato de reconhecido valor, citado na Antologia Amazônica de Eustachio de Azevedo, foi autor dos livros: "D. Branca e a Árvore Má", "Em Versos", "Da Sociedade Comercial", "Tese para Concurso", "Templum Júris", "Prosa e Verso", "Meus Amiguinhos", "Livro de Instrução Moral e Cívica", "Uma Advertência ao Meu País", "Estudo sobre a Política Nacional", "A Caminho da História", "Questões sobre a Política Paraense" e ainda os livros espíritas - "O Poder de Deus", "Drama e Versos",

“Trabalho dos Mortos”, “Prosa traduzido para o frances”, Renascença d’alma, “Prosa”, “Legião Branca”, “Versos”, “Ritmos de Nossa Fé” e “O Socorro que o Céu me Enviou”.

Faleceu em 10 de maio de 1957.

FONTE: Site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

